

ATA DA REUNIÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS DO CEIVAP, OCORRIDA EM 18 E 19 DE MAIO DE 2000, NO AUDITÓRIO DO SENAI EM RESENDE, RJ

A reunião foi aberta às 14:10hs pelo Secretário Executivo do CEIVAP, Dr. Edilson de Paula Andrade, que informou aos presentes que a mesma tinha por objetivo central realizar – com a participação das Câmaras Técnicas – a hierarquização dos investimentos em obras de infra-estrutura a serem propostas para a bacia, identificados no âmbito da Projeto Preparatório conduzido pelo Laboratório de Hidrologia da COPPE, com o concurso de métodos multiobjetivo e que essa atividade se desenrolaria em duas etapas, a primeira na tarde de 18 de maio de 2000 e a segunda na manhã de 19 de maio de 2000. Propôs então que a reunião fosse iniciada pelo tema “Assuntos Gerais”, seguida de uma apresentação do método, um nivelamento da informação dos presentes sobre os investimentos identificados e, ao final, a aplicação do método, o que foi aprovado por todos os presentes. O Dr. Edilson, esclareceu, em seguida, que após a primeira rodada de aplicação do método a reunião seria suspensa para que os responsáveis pelo processo pudessem promover a apuração e a análise da consistência durante a noite de 18 de maio, sendo retomada no dia 19 às 09:00h, no mesmo local para conhecimento dos resultados e eventual segunda bateria de aplicação do método. ASSUNTOS GERAIS Primeira Reunião Plenária do CEIVAP de 2000 e Seleção de Novos Membros. Passando ao tema “Assuntos Gerais”, o Dr. Edilson comunicou estar programada, para 16 de julho de 2000, na UNIVAP, em São José dos Campos, a primeira reunião plenária do CEIVAP do ano 2000, que terá como pauta a posse aos novos membros eleitos para integrar o CEIVAP e aprovar o programa de investimentos que constituirá o Projeto Inicial de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul. O processo de seleção e indicação dos novos membros está sendo conduzido em cada um dos estados de acordo com documento informativo, distribuído aos presentes. Serão selecionados seis novos membros por estado, sendo 3 da categoria “Usuários”, 1 da sociedade civil e 1 representante estadual/municipal. No caso particular de usuários, caso não atendam o pré-requisito de possuírem outorga, está sendo aceito um compromisso de regularizarem essa condição, o que deverá ocorrer até o dia 16 de julho. Aprovação de Atas de Reuniões Anteriores. O Secretário Executivo do CEIVAP informou que as atas das duas reuniões anteriores da Câmara Técnico foram distribuídas à entrada da reunião para apreciação e comentários dos presentes. Perguntou se haviam comentários e colocou em aprovação as mesmas, que foram aprovadas por unanimidade. Entidade Transitória de Gestão. Ainda dentro dos Assuntos Gerais, o dr. Edilson informou que uma das prioridades identificadas no Projeto Preparatório era a criação de uma entidade transitória de gestão. A seu ver, os membros das Câmaras Técnicas deveriam ser conselheiros desta entidade, destinada a agilizar as ações do CERIVAP enquanto não se estabelece uma Agência das Águas. Todavia, tal entendimento não foi acompanhado pelo Jurídico da SEMADES e pela SRH/MMA, que viram um conflito de interesses na participação de funcionários públicos nesta entidade. Diante disso, decidiu-se contratar uma consultoria jurídica para garantir a legalidade dessa entidade, de sua composição e das premissas a serem atendidas. Foram contatados os Drs. Alaor Caffé, Francisco Van Acker e José Maria Dias. A lista será submetida à SRH, que deverá fazer a escolha do nome em comum acordo com a Diretoria do CEIVAP. Plano de Recursos Hídricos da Bacia. Referindo-se à oferta da SRH para patrocinar a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, o Dr. Edilson recordou que tal oferta havia sido feita na última reunião das Câmaras Técnicas, em Taubaté, e informou que cópias da apresentação feita

naquela oportunidade pelo representante da SRH e do Termo de Referência Padrão da SRH para este tipo de serviço haviam sido distribuídas aos membros das CTs para comentários e sugestões, mas que nenhuma resposta havia sido recebida até aquele momento. Comentou que já havia muitas informações e planos na Bacia, o que faltava era implementar as ações recomendadas em planejamentos anteriores. Perguntou então se alguém desejava manifestar-se. O Eng. Cláudio Serrichio lembrou que o CEIVAP e o seu escritório técnico estavam recebendo muitas demandas, especialmente da SRH/MMA, lembrando particularmente a presença de representantes desta instituição nas duas últimas reuniões e as solicitações vinculadas ao Programa Avança Brasil- Nossos Rios. Concluiu afirmando que o Plano Diretor é um oferecimento concreto que a SRH espera ver aceito pelo CEIVAP, mas que os recursos do Avança Brasil só serão liberados via demandas. A Dra. Maria de Lourdes (IGAM-MG) destacou que a prioridade do CEIVAP deveria ser concluir o Projeto Preparatório, sugerindo ainda que fosse priorizado o cadastro, enquadramento e outorga na bacia. Assim se passaria para ações de gestão. O Representante da CETESB informou que São Paulo condiciona a cobrança e a concessão de financiamentos a uma série de requisitos, dentre os quais a existência de um plano de bacia; que não estaria certo ainda como funcionaria no plano federal. A Dra. Maria de Lourdes lembrou as disposições contidas na Lei 9433/97 sobre os planos de recursos hídricos, declarando que, no seu entendimento, com os PQAs e o Projeto Preparatório praticamente tudo estava coberto; finalizou comentando que ou se aproveitava os PQAs ou os mesmo deveriam ser esquecido em benefício de um novo plano a ser feito. Sumariando as manifestações, o Dr. Edilson concluiu que a proposta da SRH/MMA deveria ser adaptada e que esse estudo deveria centrar-se nas questões essenciais para a bacia, cabendo ao CEIVAP dizer o que espera para a bacia com esse plano. Propôs que o Escritório Técnico do CEIVAP preparasse um documento que seria distribuído posteriormente aos membros da Câmara Técnica e debatido na reunião seguinte. O Dr. Paulo Carneiro (COPPE) lembrou que o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul deveria estabelecer os caminhos básicos a serem seguidos pelo CBH-PSM e pelo Consórcio Muriaé-Pomba, o que não se constituiu em escopo do PQA nem do Projeto Preparatório. A Dra. Maria de Lourdes perguntou se o CEIVAP estaria encaminhando as demais rubricas da SRH/MMA ainda este ano. O Dr. Edilson respondeu afirmativamente, acrescentando que o CEIVAP compatibilizaria as proposições de estudo contidas no Projeto Preparatório com tais rubricas e as encaminharia as que coubessem. O Dr. Cláudio Serrichio lembrou que essas rubricas exigiriam contrapartidas (cerca de 20%) e que qualquer prefeitura que desse as contrapartidas e se habilitasse poderia captar os recursos correspondentes. Página do CEIVAP na Internet. O Dr. Ângelo (ETCEIVAP) informou aos presentes que o CEIVAP já dispunha de uma página na INTERNET, ainda em desenvolvimento, mas já acessível a consultas. O endereço :www.semads.rj.gov/ceivap.

HIERARQUIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS IDENTIFICADAS NO ÂMBITO DO PROJETO PREPARATÓRIO.

Após breve intervalo, o Dr. Edilson introduziu o segundo assunto: a hierarquização das intervenções estruturais identificadas no âmbito do Projeto Preparatório. Explicou que o LH – COPPE preparou um estudo específico, o qual havia sido distribuído aos membros das Câmaras Técnicas, abordando a questão, em particular os critérios de hierarquização, que foram adotados em comum acordo com os representantes do Banco Mundial. Lembrou que o assunto já havia sido ventilado em reunião anterior (30MAR00) e que haveria uma remota possibilidade de fazer a hierarquização em uma só seção. Colocado o assunto em debate todos preferiram

seguir a programação inicial, conduzindo o processo em dois dias. O Dr. Edilson deu então a palavra ao Eng. Cesar das Neves, consultor do LH – COPPE, encarregado de conduzir a aplicação do método de decisão multicriterial para hierarquização das intervenções. O Eng. Cesar apresentou então, com o concurso de transparências, o método escolhido e seus fundamentos, os critérios de hierarquização utilizados no trabalho e respondeu perguntas específicas dos presentes. Concluída a explanação, os formulários foram distribuídos aos membros das Câmaras Técnicas, que foram convidados a preenche-los. Após a devolução de todos os formulários devidamente preenchidos ao Eng. Cesar das Neves, o Secretário executivo do Ceivap suspendeu a reunião, convocando os presentes a retornarem ao mesmo local no dia seguinte, 19 de maio de 2000, às 09:00hs. Os trabalhos foram retomados às 09:40hs do dia 19 de maio pelo Secretário Executivo, que tornou a recordar os presentes sobre a reunião plenária marcada para 16 de julho de 2000, que deverá Ter grande importância para o CEIVAP, pois marcará o encerramento de um ciclo de debates com forte conteúdo político. Anunciou também uma reunião do CBH/PSM, marcada para 23 de maio de 2000, às 13:00 hs na Faculdade de Comunicação de Taubaté, que vai tratar da distribuição de recursos do FEHIDRO e passou a palavra ao Eng. Cesar das Neves, para apresentação dos resultados da primeira rodada de hierarquização. O Eng. Cesar apresentou os resultados do Método de Apoio à Decisão. Os valores correspondentes a cada critérios foram: Qualidade da água: 0,480; Agente: 0,136; Social: 0,132; Financeiro: 0,122 Econômico: 0,065; Efeito demonstrativo: 0,065. O fator de inconsistência ficou em 0,02, valor situado dentro de limites aceitáveis. Individualmente há inconsistências maiores que 10% (o limite aceitável é 10%). Tais resultados, segundo ele, põem duas questões: esses pesos efetivamente refletem o que o grupo pensa? Vale a pena fazer uma depuração de resultados individuais para reduzir as inconsistências individuais? O Eng. Cesar mostrou então como se originavam as inconsistências ao serem atribuídas importâncias relativas aos diversos critérios através de alguns exemplos e comentou que, antes de vir para Resende, a equipe do LH – COPPE fez uma avaliação interna, para testar; que, neste teste, o efeito demonstrativo ficou acima do critério social. Passou em seguida aos resultados da hierarquização, obtidos mediante aplicação dos critérios e respectivos ponderadores para cada intervenção considerada no Projeto Preparatório. No Rio de Janeiro, verificou-se um empate técnico entre Volta Redonda (índice 0,761) e Resende (índice 0,753). Em Minas Gerais, Juiz de Fora e Muriaé, se destacaram, obtendo respectivamente índices 0,761 e 0,441. No caso de São Paulo, resultaram São José dos campos (com índice 0,837) Cachoeira Paulista (0,443), Queluz(0,350), Pindamonhangaba (0,350) e Jacareí (0,301). Analisando os resultados, verificou-se que pequenas variações no critério qualidade da água têm grande impacto no resultado final. Os participantes expressaram suas visões a respeito dos resultados que emergiram da primeira rodada de aplicação do método, onde foram destacados os seguintes aspectos: Haveria que analisar a sensibilidade dos resultados, comparando diferentes valores para os critérios social e efeito demonstrativo. Promovida tal análise, constatou-se que os resultados nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais mantinham-se estáveis, sem variações mas que em São Paulo, os resultados mostravam-se muito sensíveis a variações nesses critérios. Analisando o caso de Jacareí, estranhou-se que os projetos correspondentes a esta cidade tivessem sido considerados como concentradores. Os representantes da COPPE informaram Ter sido usado dados censitários por município e distrito e não por setor censitário. Concluiu-se que a base de dados para formular critérios técnicos – para o caso de Jacareí – estaria distorcida. Reconhecendo-se este fato, conhecendo-se a realidade,

consensou-se que o critério deveria ser corrigido. Verificou-se também que projetos a serem parcialmente desenvolvidos deveriam Ter o critério qualidade da água acrescidos em um grau, já que seus benefícios teriam sido subavaliados ao se desconsiderar esse aspecto. Outro critério usado para avaliar qualidade da água foi a existência de projeto concluído, isto é, o que o projeto indicava. Jacareí foi prejudicada por que mandou informações de um projeto que ainda está parcialmente desenvolvido. Se tivesse sido considerado o projeto em sua totalidade, haveria um salto de qualidade de água. O limite de investimentos por estado também impôs restrições: projetos, como o de Juiz de Fora, tiveram que ser divididos em sub-projetos para adequar-se às disponibilidades. O Dr. Julio Thadeu (SRH) teceu considerações sobre os resultados da primeira bateria, destacando não Ter ficado claro para ele o peso atribuído à população a jusante que receberia benefícios da melhor qualidade da água e que o critério Efeito Demonstrativo não lhe parecia Ter sido apropriadamente entendido e considerado pelos votantes. O Dr. Antonio da Hora manifestou que sentiu falta da consideração do efeito cumulativo dos diversos tratamentos, argumentando que melhorias a montante beneficiariam toda a água a jusante. O Dr. Jander campos (LH-COPPE) achou esse conceito de difícil aproveitamento, argumentando que, assim, tudo o que se fizesse a montante de Pirai estaria trazendo benefícios aos 8 milhões de habitantes abastecidos pelo Guandu. Por essa razão, preferiram utilizar o critério denominado Efeito Demonstrativo, que estaria levando em conta, globalmente, a função estratégica do projeto para a bacia, a condição de polo industrial e a população beneficiada a jusante. Aparentemente, pelo baixo índice atribuído ao Efeito Demonstrativo, ele não havia tido grande acolhida por parte dos membros da Câmara Técnica, talvez por não Ter sido adequadamente explicitado o seu conteúdo. Depois do debate sobre o significado e a fidedignidade dos resultados, no qual se avançou no aperfeiçoamento das avaliações técnicas dos critérios Social e Efeito Demonstrativo, bem como na necessidade de corrigir a avaliação de projetos parciais e a avaliação técnica dos projetos de Jacareí, o Dr. Edilson reconheceu os progressos e a maturidade alcançados pelo grupo para a Segunda rodada de aplicação do método, preenchendo os formulários. A Dra. Rosa(CETESB) expôs a sua percepção quanto à riqueza do processo e suas dúvidas sobre se seria uma experiência conclusiva naquela oportunidade. O Eng Cesar das Neves respondeu que o processo é conclusivo quando o grupo entende que o concluiu e o Dr. Edilson acrescentou que o Projeto Preparatório tinha um cronograma e não poderia ficar esperando, não havendo possibilidade de adiar indefinidamente a decisão. O Dr. Antonio da Hora entendeu existirem condições para a decisão, destacando que já se encontravam muito perto dela; acrescentou que, no geral, coincidiam com as conclusões que os estados envolvidos haviam chegado. O Dr. Julio Thadeu reforçou seus comentários de que a Câmara Técnica deveria decidir sobre a hierarquização, ao mesmo tempo que manifestou sua decepção com a pouca importância atribuída ao critério "Efeito Demonstrativo", a seu ver da maior importância para a replicação da experiência na bacia. Estabelecido um consenso de que existiam condições para decidir sobre a hierarquização, o Dr. Edilson convidou o Dr. Cesar a apresentar os resultados de simulação da primeira rodada com a alteração dos critérios técnicos mencionados. Ajustados os critérios e rodado o programa, verificou-se que para o Rio de Janeiro e Minas Gerais os resultados não sofreram alterações mas para São Paulo, com a atribuição da condição "distributiva" para o critério Social em Jacareí, chagou-se a 1º São José dos Campos: índice 0,837; 2º Jacareí: índice 0,480. Isso posto, o Dr. Edilson convidou os membros das Câmaras Técnicas a participarem da Segunda rodada de aplicação do modelo de decisão. Concluída a Segunda rodada e

apurados os resultados, emergiram os seguintes índices para os critérios: Qualidade da água: 0,440; Agente: 0,127; Social: 0,132; Financeiro: 0,117; Econômico: 0,069; Efeito demonstrativo: 0,115; observando-se pequeno crescimento do critério Efeito Demonstrativo e variações mínimas nos demais. O índice de inconsistência caiu para 2% e as melhores hierarquizações por estado couberam a: Rio de Janeiro - Volta Redonda: índice 0,764, Resende: índice 0,763; Minas Gerais - Juiz de Fora: índice 0,767, Muriaé: índice 0,428; São Paulo - São José dos Campos: índice 0,895, Jacareí: índice 0,394. Concluído o processo, foram tecidas considerações sobre as etapas seguintes. O Dr. Edilson informou eu essa decisão seria levada ao referendo do Plenário do Ceivap. O Dr. Jander Campos declarou que agora seria necessário montar essas alternativas tendo como referência o montante a ser financiado. Seguiram-se considerações sobre o imite a ser financiado, com o Dr. Julio Thadeu mencionando as dificuldades de captação de empréstimos internacionais vividas pelo Governo Brasileiro, lembrando que os custos indicados pela COPPE podem, em uma concorrência ficar abaixo das previsões e sendo taxativo quanto à necessidade de ser respeitado o limite de US\$4^o milhões. Tratou-se então da tramitação da minuta da Carta Consulta, tendo o MMA se posicionado inteiramente a favor e a SEAIN informado que deseja receber indicação de quais são as obras previstas. Que procurar-se-á adiantar para a SEAIN o que se sabe hoje e à medida que o projeto preparatório evoluir, ir fornecendo mais elementos. Voltou-se a discutir como compatibilizar os projetos hierarquizados com os recursos correspondentes a US\$40 milhões e os critérios a serem seguidos. Depois de debater os diversos aspectos envolvidos foi aprovada a proposta de deixar o LH-COPPE analisar as diversas composições possíveis, reunir-se com a equipe do ETCEIVAP para avaliar e, em função da simplicidade ou complexidade do quadro resultante, este avaliará se caberia ou não convocar nova reunião das Câmaras Técnicas para recomendar sobre alternativas. Finalizando a reunião, o Secretário fez uma síntese do que foi discutido no dia anterior e respondeu algumas indagações dos que não estavam presentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Secretário Executivo do CEIVAP.